

GÓIS  
MUNICÍPIO



ORÇAMENTO  
E GRANDES OPÇÕES  
DO PLANO

2015

RELATÓRIO E DOCUMENTOS PREVISIONAIS

*Quelq*  
1  
*[Handwritten signatures]*

ÍNDICE

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS .....	3
2. PERSPETIVA ECONÓMICA .....	5
2.1. Conjuntura Internacional .....	5
2.2. Conjuntura nacional .....	6
2.3. Conjuntura do Concelho .....	8
2.3.1. Caracterização do Concelho .....	8
2.3.2. Análise SWOT .....	10
2.3.3. Indicadores Concelhios .....	12
2.3.4. Impacto do Orçamento de Estado no Orçamento Municipal .....	12
2.3.4.1. Participação nos Impostos do Estado .....	12
3. ORÇAMENTO .....	14
3.1. Estrutura Orçamental .....	14
3.1.1. Receita .....	14
3.1.1.1. Descrição .....	14
3.1.1.2. Quadro (Estrutura da Receita) .....	15
3.1.1.3. Gráfico (Estrutura da Receita) .....	15
3.1.1.4. Gráfico (Estrutura da Receita - Resumo) .....	16
3.1.2. Despesa .....	16
3.1.2.1. Descrição .....	16
3.1.2.2. Quadro (Estrutura da Despesa) .....	17
3.1.2.3. Gráfico (Estrutura da Despesa) .....	18
3.1.2.4. Gráfico (Estrutura da Despesa - Resumo) .....	19
3.2. Especificações do Classificador Económico e Evolução do Orçamento .....	19
3.2.1. Orçamento da Receita .....	19
3.2.2. Orçamento da Despesa .....	36
3.3. Análise Comparativa do Orçamento nos Anos 2014/2015 .....	44
3.3.1. Comparação das Previsões da Receita – 2014/2015 .....	44
3.3.1.1. Quadro (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2014/2015) .....	44
3.3.1.2. Gráfico (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2014/2015) .....	45

3.3.2. Comparação das Dotações da Despesa – 2014/2015 .....	46
3.3.2.1. Quadro (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2014/2015) .....	46
3.3.2.2. Gráfico (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2014/2015) .....	47
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S).....	47
4.1. Descrição .....	47
4.1.1. Resumo das Grandes Opções do Plano 2015.....	48
4.1.2. Gráfico – Resumo das GOP por funções para 2015 .....	49
4.2. Especificações dos Programas e Evolução das GOP .....	49
4.3. Comparação das Dotações Previstas nas GOP – 2014/2015.....	54
4.4. Comparação das Dotações Previstas em PPI – 2014/2015 .....	56
4.5. Comparação das Dotações Previstas em AMR – 2014/2015 .....	57
5. VERIFICAÇÃO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	57
6. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES.....	58
7. DOCUMENTOS PREVISIONAIS.....	62
7.1. Resumo do Orçamento para 2015 .....	62
7.2. Orçamento para 2015 .....	62
7.3. Grandes Opções do Plano para 2015 .....	62
7.4. Normas de Execução do Orçamento.....	62
7.5. Orçamentos de Outras Entidades .....	62
7.6. Mapa das Entidades Participadas.....	62

2

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.*

## 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Em cumprimento com o estabelecido na alínea c), do nº1, do artigo 33º e na alínea a), do nº1, do artigo 25º, ambas da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no artigo 45º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano económico de 2015, até 31 de outubro de 2014.

Na elaboração dos documentos previsionais mencionados no presente Relatório e do qual se constituem como anexo, foram respeitadas todas as disposições constantes no ponto 2.3 do Capítulo 2 do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei nº162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 2 de dezembro, 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), bem como as novidades introduzidas pela Lei nº73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), designadamente as indicadas no seu artigo 46º.

Assim, no presente Relatório procurou-se incluir e ou mencionar todos os elementos recomendados tanto no POCAL e na RFALEI, a saber:

- Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (que apresenta e justifica os valores do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como a evolução comparativamente ao ano anterior), bem como a verificação da regra do equilíbrio orçamental e a identificação e descrição das responsabilidades contingentes, de acordo com o previsto na alínea a), do nº1, do artigo 46º do RFALEI;
- Mapa resumo das receitas e despesas (Resumo do Orçamento), de acordo com o previsto na alínea b), do nº1, do artigo 46º do RFALEI;
- Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica (Orçamento) de acordo com o previsto na alínea c), do nº1, do artigo 46º do RFALEI;

- Grandes Opções do Plano, que contempla o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, de acordo com o previsto no ponto 2.3 do Capítulo 2 do POCAL;
- Articulado que contém as medidas de orientação da execução orçamental (Normas de Execução do Orçamento), de acordo com o previsto na alínea d), do nº1, do artigo 46º do RFALEI;
- Orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira e de outras entidades participadas, em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município (Orçamentos de Outras Entidades), de acordo com o previsto nas alíneas a) e b), do nº2, do artigo 46º e do nº2 do artigo 42º do RFALEI;
- Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo numero de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e valor correspondente (Mapa das Entidades Participadas), de acordo com o previsto na alínea c), do nº2 do artigo 46º do RFALEI;
- Quadro plurianual de programação municipal, que define os limites para a despesa do município e as projeções da receita, numa base móvel de quatro exercícios, sendo esses limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, de acordo com o previsto no artigo 44º do RFALEI. Para o exercício económico de 2015, este documento não será apresentado por não estarem reunidas as condições legais para a sua elaboração que, de acordo com o disposto no artigo 47º do RFALEI, está sujeita a regulamentação por decreto-lei, que até à presente data ainda não foi publicada. De referir que é também este o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, conforme consta na Circular nº108/2014/AG, datada de 01/10/2014.

*[Handwritten signatures and initials]*

## 2. PERSPETIVA ECONÓMICA

### 2.1. CONJUNTURA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

O ano de 2014 foi caracterizado por um crescimento da economia mundial, que atingiu, especialmente, as economias mais avançadas (nomeadamente os EUA, o Japão e a União Europeia), tendo um conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento continuando a apresentar um crescimento menos acentuado.

Salienta-se ainda que a União Europeia continua a apresentar-se com evoluções muito distintas entre os Estados-membros, com um crescimento económico mais forte nos países bálticos, Reino Unido, Suécia e Polónia e um crescimento menos pronunciado nos países do sul da área do euro.

Na economia da área do euro assistiu-se, no período mais recente, a uma perda de dinamismo económico refletindo-se num crescimento menos forte do investimento privado, devido, principalmente, aos riscos geopolíticos acrescidos em torno da crise da Rússia. No entanto, prevê-se uma melhoria do PIB da Espanha, da Alemanha e da França, uma recuperação da Itália (após uma quebra durante 3 anos consecutivos) e a manutenção de um forte crescimento do Reino Unido.

Ainda nas economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento económico foi bastante enfraquecido, nomeadamente em países da América Latina (particularmente o Brasil, onde a instabilidade política e social reflete os efeitos de uma política monetária restritiva na procura global, a Argentina e a Venezuela, devendo estes dois últimos países manter-se em recessão em 2015), do Médio Oriente e Norte de África e da Comunidade de Estados Independentes.

Neste sentido, as mais recentes projeções do FMI apontam para um abrandamento do crescimento da economia mundial em 2015.

Existe um nível elevado de incerteza sobre a sustentabilidade da economia mundial e parte desta incerteza relaciona-se com os receios sobre correção de estrangulamentos estruturais e de desequilíbrios internos e externos, para além da confluência de riscos geopolíticos em alguns desses países, nomeadamente nos principais produtores de petróleo (Iraque, Líbia, Ucrânia e Rússia).

<sup>1</sup> Fontes: BCE - Banco Central Europeu, BP - Banco de Portugal, FMI - Fundo Monetário Internacional, ONU - Organização das Nações Unidas, Ministério das Finanças.



termos homólogos no primeiro semestre de 2014 após a quebra de 1,4% da atividade económica verificada no ano de 2013, associados a um comportamento positivo da procura interna.

No que respeita à inflação, esta apresentou, em setembro de 2014, um valor de -0,3%. Esta evolução negativa esteve associada principalmente à energia e aos bens industriais que têm apresentado pressões negativas para a variação anual do índice de preços.

A taxa de desemprego atingiu valores mais reduzidos que no ano anterior, esperando-se que no final do ano se situe nos 15,4%, o que representa uma diminuição de 0,9% face ao ano anterior, e que no próximo ano atinja os 13,4%.

Para 2015 e para Portugal, embora o cenário mais provável é de um ajustamento gradual dos desequilíbrios, estes persistem com a economia portuguesa altamente endividada, com uma baixa produtividade, com uma situação orçamental por consolidar e com elevados níveis de desemprego.

Não obstante o caminho já percorrido e a conclusão formal do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o trabalho está ainda longe de estar concluído e os desafios que o país enfrenta são ainda muito exigentes. A economia portuguesa está hoje mais forte e mais sólida do que em 2011, mas a transição efetiva para uma trajetória de crescimento económico sustentado e criador de emprego exige perseverança e determinação. Importa assim prosseguir o ajustamento nas suas três frentes, para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, reforçar a estabilidade financeira e aprofundar a transformação estrutural, de forma a consolidar os progressos alcançados e fortalecer as bases da economia portuguesa.

A política orçamental, em 2015, reflete assim o assegurar a continuidade e o reforço da disciplina orçamental, com base num esforço conjunto de consolidação das contas públicas e de controlo da execução orçamental.

A dívida pública deverá atingir, em 2015, 123,7% do PIB, mantendo a trajetória descendente. Para esta evolução será determinante o contributo menos negativo da procura interna, designadamente do consumo privado e do investimento, a partir de 2015, mantendo-se positivo o contributo da procura externa líquida em todo o horizonte de projeção. Com efeito, a partir do ano de 2015, prevê-se que a economia continue um período de crescimento económico justificado pela recuperação da procura interna e da continuação do bom desempenho das exportações.

7  
Auedf  
7  
HBR  
JCB  
JCB



## 2.3. CONJUNTURA DO CONCELHO

### 2.3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

Com 9 séculos de existência, a Vila de Góis está situada a 40 km de Coimbra, entre as serras do Carvalho e do Rabadão, tendo o concelho, atualmente, cerca de 4.260 habitantes.

Situado na parte oriental do distrito de Coimbra, o Concelho de Góis é atravessado pelo Vale do Rio Ceira e é delimitado e separado da Beira Serra Interior pelas Serras da Lousã e Açor e é constituído por 4 freguesias: Alvares, Cadafaz e Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira.

Como confrontações, tem a norte com o concelho de Arganil, a leste pela Pampilhosa da Serra, a sudoeste por Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, a oeste pela Lousã e a noroeste por Vila Nova de Poiares. Inserindo-se na região Centro, na sub-região do Pinhal Interior Norte, o concelho possui uma vasta área territorial de 263,30 km<sup>2</sup>.

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento da sua transferência para a sede de concelho ou outros núcleos urbanos fora do concelho.

No que concerne às acessibilidades relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam caracterizadas essencialmente pela EN2 que permite o acesso à EN17, ao IP3 e ao IC8 e pela EN342 que liga à sua variante (Variante à EN342) com direção a Condeixa e ao IC3 e à A13 que também têm ligação à A1.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por um modelo industrial com alguma evolução tecnológica e com algum nível de competitividade, constituído, segundo dados de 2011, maioritariamente por empresas do setor secundário (54%), seguido do setor terciário (41%) e finalmente pelo setor primário (5%). Efetivamente, os setores da indústria, madeiras e alumínio absorvem uma grande fatia da mão-de-obra tendo também alguma dimensão os setores dos mármore e pecuária.

A área social cobre praticamente a globalidade do concelho, tanto ao nível de centros de dia e de apoio domiciliário como de lares de terceira idade. De referir que esta área absorve uma importante parcela de mão-de-obra, especialmente feminina.

10

*Alvares*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

O turismo, apesar de ser de cariz mais sazonal, detém um papel fundamental no desenvolvimento do Concelho. O conjunto de ações e investimentos verificados nos últimos anos, permite que Góis hoje ofereça aos seus habitantes e visitantes um moderno Parque de Campismo, as Praias Fluviais, as Aldeias de Xisto, bem como equipamentos municipais que proporcionam o acesso ao património cultural do Concelho de Góis, nomeadamente o Centro de Referência da Memória Goicense, a Casa da Cultura de Góis e a Coleção Museológica.

9  
Acedido

H. B. P. J.

J. B. S.

### 2.3.2. ANÁLISE SWOT

- Pontos Fortes e Pontos Fracos

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Contexto Interno	- Existência de paisagem natural muito rica (Penedo de Góis, Rio Ceira, Ribeira do Sinhel, ...);	- Excessiva dispersão do povoamento;
	- Qualidade ambiental;	- Recessão demográfica na generalidade das freguesias;
	- Riqueza do património histórico e arqueológico;	- Progressivo envelhecimento populacional;
	- Envolvimento na Rede de Aldeias do Xisto;	- Baixo nível de escolarização dos recursos humanos;
	- Localização entre dois importantes eixos do sistema urbano nacional: Covilhã-Fundão-Castelo Branco e Coimbra-Leiria;	- Deficientes acessibilidades;
	- Realização de eventos culturais e desportivos que atraem milhares de visitantes;	- Expressão reduzida de solos com aptidão agrícola;
	- Possibilidade de prática de caça e pesca em áreas vocacionadas para esse fim;	- Ausência de métodos e processos recorrentes de recolhas de resíduos florestais;
	- Investimento no desenvolvimento da Fileira Caprina;	- Movimento associativo dos produtores incipiente;
	- Potencialidades florestais;	- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios;
	- Potencialidades para a produção de energias renováveis;	- Fragilidade do tecido empresarial.
	- Existência de várias indústrias espacialmente distribuídas, ligadas à transformação dos produtos da floresta;	
	- Existência de equipamentos, nomeadamente culturais.	

- Ameaças e Oportunidades

Contexto Externo

**OPORTUNIDADES**

**AMEAÇAS**

- Expansão da Rede das Aldeias do Xisto: aldeias de interesse turístico e outro património existente, criando alojamento turístico, museus de temática rural e postos de venda e atendimento;
- Valorizar e promover o enorme potencial paisagístico do Concelho;
- Proteção e certificação das produções resultantes da caprinicultura (queijos, ...);
- Racionalização do uso e exploração dos recursos florestais enquanto atividade altamente rentável, a que é necessário dar sustentabilidade futura;
- Mobilização e operacionalização da Associação de Produtores Florestais;
- Criação de novos empregos/fixação da população;
- Reforço da rede de informação turística e sua complementaridade territorial;
- Introdução de novas atividades turísticas com o reforço da qualidade dos serviços prestados ao nível da animação turística;
- Aposta nacional na educação e formação;
- Aumento da procura do turismo de natureza.

- Debilidade económica do país;
- Concorrência de outros municípios com maior potencial de captação de investimento;
- Excessiva dispersão do povoamento, com consequência na construção/beneficiação de infraestruturas;
- Atraso na construção da Variante à EN342, gerando problemas nas acessibilidades intra e inter territorial;
- Progressiva degradação do património, em resultado do continuado abandono por parte das populações de algumas aldeias rurais;
- Insuficiente promoção da denominação e das potencialidades turísticas da região, utilizando canais e meios que ofereçam melhores retornos.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Cecilia' and other illegible names.*

**2.3.3. INDICADORES CONCELHIOS**

INDICADORES	
Área (Km <sup>2</sup> )	263,30
Freguesias (nº)	4
População residente (hab.) – Censos 2011	4.260
População residente (H) – Censos 2011	2.003
População residente (M) – Censos 2011	2.257
Variação populacional (2001-2011)	-12,36 %
Densidade populacional (hab/Km <sup>2</sup> ) – Censos 2011	16,18
Nº Famílias – Censos 2011	1.792
Nº Alojamentos – Censos 2011	5.176
Nº Edifícios – Censos 2011	4.934

Fonte: INE (Censos 2011) e CCDRC

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top signature: [Illegible]  
 - Middle signature: [Illegible]  
 - Bottom signature: [Illegible]  
 - Initials: [Illegible]

**2.3.4. IMPACTO DO ORÇAMENTO DE ESTADO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**2.3.4.1. PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO**

A Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015 estabelece um valor maior ao apresentado na Lei do Orçamento de Estado para 2014 da participação do Município de Góis nos impostos do Estado, conforme discriminado no quadro seguinte:

Uni: Euro

Fundos do OE	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente	3.727.819	3.894.720	166.901	4,48
Fundo Social Municipal	55.514	74.804	19.290	34,75
Participação no IRS	26.091	0	-26.091	-100,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital	414.202	432.747	18.545	4,48
<b>Total</b>	<b>4.223.626</b>	<b>4.402.271</b>	<b>178.645</b>	<b>4,23%</b>

Fonte: Mapas XIX da Lei do Orçamento de Estado para 2014 e da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015

Verifica-se assim que em 2015 os fundos provenientes do Orçamento de Estado irão ter um acréscimo relativamente ao ano anterior, o que corresponde a um aumento mensal de cerca de 14.000 € comparativamente ao ano de 2014.

Convém ressaltar que, com as sucessivas diminuições que existiram em 2010, 2011, 2012 e 2014, dos fundos provenientes do Orçamento de Estado, embora com uma estagnação em 2013, o Município de Góis, em 2015, irá receber um montante, a título de participação nos impostos de Estado, mais reduzido que o montante recebido em 2008 (4.565.019 €).

É ainda de salientar que a diminuição de 100% na participação no IRS se deve exclusivamente à fixação da percentagem de 0,0% da participação variável no IRS a que o Município de Góis teria direito (0% a 5%), aplicada aos rendimentos de 2014, deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 25/11/2013 e que o aumento de 19.290 € no Fundo Social Municipal se deve à inclusão, nesta rubrica, do valor correspondente aos encargos com transportes escolares relativos ao 3º ciclo do ensino básico conforme previsto no nº3, do artigo 9º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho (igual valor recebido no ano anterior mas transferido pela Direção Geral das Autarquias Locais separadamente).

13  
*[Handwritten signatures and initials]*

*Acord.*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### 3. ORÇAMENTO

#### 3.1. ESTRUTURA ORÇAMENTAL

##### 3.1.1. RECEITA

##### 3.1.1.1. DESCRIÇÃO

O valor total do orçamento da receita é de 8.505.000 €, sendo que as transferências correntes e as transferências de capital assumem o maior peso, representando 54,51% e 16,25%, respetivamente. Ainda com um peso bastante significativo destacam-se as receitas provenientes dos rendimentos de propriedade (10,23%).

Os impostos, taxas e a venda de bens e a prestação de serviços correntes representam no seu conjunto cerca de 16,24%.

Para o ano de 2015, as receitas resultantes do recurso ao crédito não são consideradas, uma vez que não se pretende recorrer a qualquer contratação de empréstimos a médio e longo prazo.

Note-se a preponderância largamente maioritária no orçamento municipal das transferências, as quais representam 70,76% do total orçado, sendo ainda de assinalar que as receitas correntes representam cerca de 82,64% das receitas totais, em contraponto com os 17,36% registados nas receitas de capital.

**3.1.1.2. QUADRO (ESTRUTURA DA RECEITA)**

Descrição da Receita	2015	(%)
Impostos diretos (1)	643.708	7,57
Impostos indiretos (2)	12.870	0,15
Taxas, multas e outras pen. (3)	259.014	3,05
Rendimentos de prop. (4)	870.000	10,23
Transf. correntes (5)	4.636.273	54,51
Venda bens/serv. correntes (6)	465.088	5,47
Outras receitas correntes (7)	141.852	1,67
Venda bens investimento (8)	85.419	1,00
Transf. capital (9)	1.382.276	16,25
Ativos financeiros (10)	7.500	0,09
Passivos financeiros (11)	0	0,00
Outras receitas de capital (12)	500	0,01
Rep não abatidas pagamentos (13)	500	0,01
Total das receitas correntes	7.028.805	82,64
Total das receitas de capital	1.476.195	17,36
<b>TOTAIS</b>	<b>8.505.000</b>	<b>100</b>

Uni: Euro

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Luís', 'M. B. Louz', and 'J. B. T.']*

**3.1.1.3. GRÁFICO (ESTRUTURA DA RECEITA)**

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

Impostos e taxas = (1) + (2) + (3)

Transferências correntes = (5)

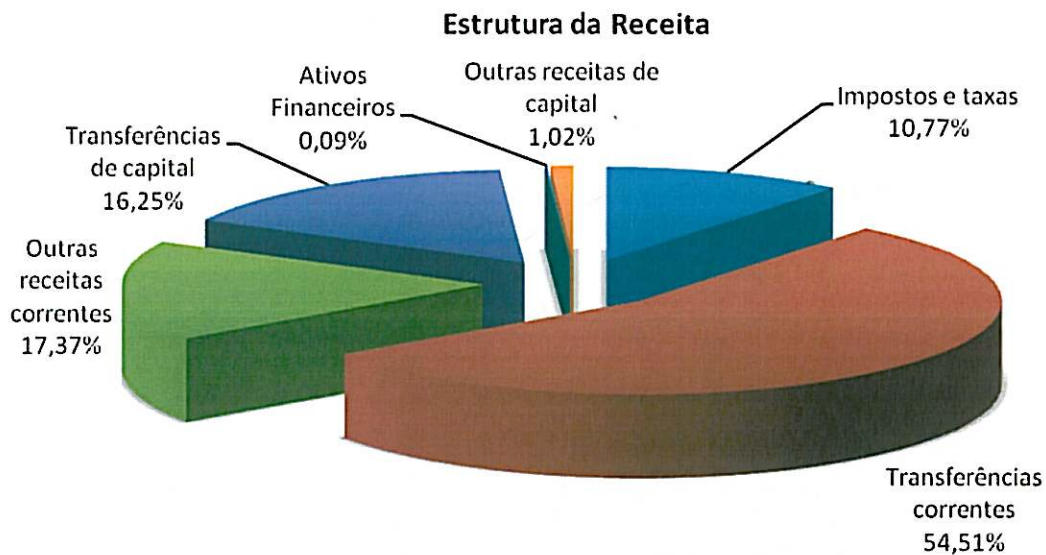
Outras receitas correntes = (4) + (6) + (7)

Transferências de capital = (9)

Ativos financeiros = (10)

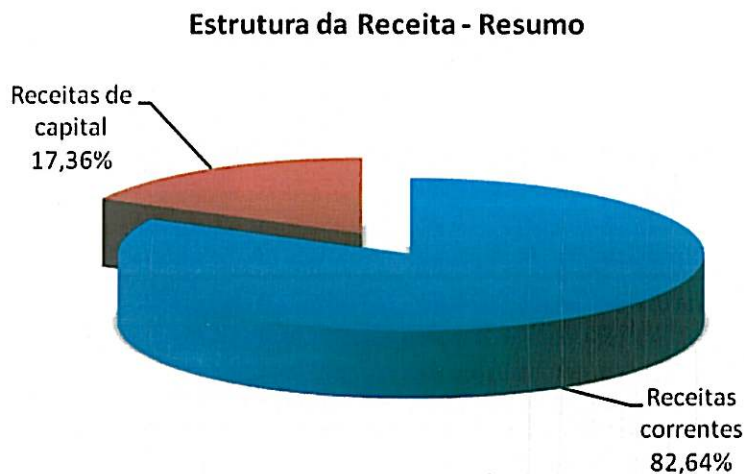
Outras receitas de capital = (8) + (11) + (12) + (13)





*Handwritten signatures and initials:*  
 Audf.  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**3.1.1.4. GRÁFICO (ESTRUTURA DA RECEITA - RESUMO)**



**3.1.2. DESPESA**

**3.1.2.1. DESCRIÇÃO**

Do total do orçamento da despesa que totaliza o montante de 8.505.000 €, a aquisição de bens de capital (aquisição de bens de investimento, locação financeira e bens de domínio público) tem

Ao nível das despesas correntes, destacam-se as despesas relacionadas com o pessoal que representam 36,28%.

As despesas relacionadas com aquisição de bens e serviços representam no seu cômputo 26,44%, sendo a sua representatividade individual respetivamente, 6,32% e 20,13%.

No âmbito do apoio a entidades terceiras (públicas e privadas), constata-se a afetação de 6,49% do orçamento da despesa às transferências correntes e de capital concedidas.

É ainda de salientar que as despesas correntes superam as despesas de capital em cerca de 38 pontos percentuais e que o peso da despesa corrente no total do orçamento é de 69,00% contra os 31,00% da despesa de capital.

Comparativamente com o orçamento da receita denota-se que a receita corrente é superior à despesa corrente, o que significa que existe uma poupança corrente que se traduz no facto de parte da despesa de capital ser coberta por receita corrente (13,65%).

### 3.1.2.2. QUADRO (ESTRUTURA DA DESPESA)

Descrição da Despesa	2015	(%)
Pessoal (1)	3.085.350	36,28
Aquisição de bens (2)	537.350	6,32
Aquisição de serviços (3)	1.711.700	20,13
Juros e outros encargos (4)	30.150	0,35
Transferências correntes (5)	442.600	5,20
Outras despesas correntes (6)	61.038	0,72
Aquis. bens de investimento (7)	1.086.000	12,77
Locação financeira (8)	38.500	0,45
Bens de domínio público (9)	996.000	11,71
Transferências de capital (10)	110.000	1,29
Ativos Financeiros (11)	56.212	0,66
Passivos financeiros (12)	350.000	4,12
Outras despesas de capital (13)	100	0,00
Total das despesas correntes	5.868.188	69,00
Total das despesas de capital	2.636.812	31,00
<b>TOTAIS</b>	<b>8.505.000</b>	<b>100</b>

UNI: EURO

*[Handwritten signatures and initials]*

**3.1.2.3. GRÁFICO (ESTRUTURA DA DESPESA)**

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

Pessoal = (1)

Aquisição de bens e serviços = (2) + (3)

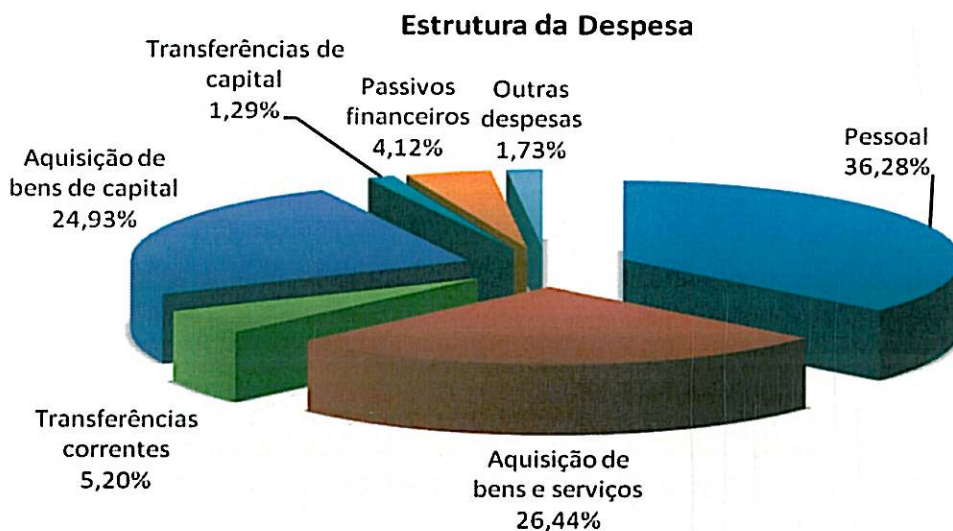
Transferências correntes = (5)

Aquisição de bens de capital = (7) + (8) + (9)

Transferências de capital = (10)

Passivos financeiros = (12)

Outras despesas = (4) + (6) + (11) + (13)



3.1.2.4. GRÁFICO (ESTRUTURA DA DESPESA - RESUMO)



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Acedo', 'H. B. Cruz', and 'J. Cruz'.*

3.2. ESPECIFICAÇÕES DO CLASSIFICADOR ECONÓMICO E EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.2.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

Resumo dos valores das rubricas da receita de acordo com a sua natureza:

▪ **Impostos Diretos: 643.708 €**

Compreende as receitas provenientes dos impostos municipais estabelecidos no RFALEI, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto único de circulação (IUC), imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e a derrama.

O cálculo dos montantes a considerar neste capítulo obedece às regras previsionais do ponto 3.3.1. alínea a) do POCAL, que refere que *"as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas ou a atualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos e ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes"*.

Os impostos e taxas referidos são os Impostos Diretos (capítulo 01) e Indiretos (capítulo 02), as Taxas, Multas e Outras Penalidades (capítulo 04) e a Venda de Bens e Serviços (capítulo 07).

Como exceção, o cálculo do montante a considerar de imposto municipal sobre imóveis (IMI) não foi efetuado com base nas referidas regras previsionais, pois, também de acordo com o constante no ponto 3.3.1. alínea a) do POCAL, no caso de receitas novas ou atualizações de impostos, o

cálculo pode ser efetuado de forma diferente, desde que devidamente fundamentado. Neste sentido, e porque não se tem dados disponíveis suficientes para se proceder a um estudo ou análise técnica sobre o valor de IMI resultante da avaliação geral dos prédios urbanos levada a efeito durante o ano de 2012, conforme refere a parte final da alínea a) do ponto 3.3 do POCAL, a receita de IMI considerada no Orçamento Municipal para 2015 corresponde ao valor retirado da informação de liquidação de IMI de 2013 cuja cobrança ocorre em 2014, disponibilizada pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira em 29/05/2014.

Ao nível dos impostos diretos e após aplicação das regras previsionais referidas anteriormente para este capítulo, o orçamento apresenta um aumento em 2015 de apenas 0,13%, face ao valor estabelecido tanto no orçamento inicial como no corrigido de 2014 (à data de 30/09/2014). Relativamente ao IMI, regista-se uma diminuição de 1,32% (6.825 €). Já no que respeita ao IMT, e continuando a tendência do último ano, prevê-se uma redução de cerca de 7,38% (4.425 €) em relação ao valor inscrito em 2014.

As importâncias consideradas no orçamento de 2015 abrangem a média aritmética da receita cobrada no período de outubro a dezembro de 2012, o ano de 2013 e os meses de janeiro a setembro de 2014 (24 meses) e são as que constam no quadro seguinte. Esta regra aplica-se tanto aos impostos diretos, como aos impostos indiretos, às taxas, multas e outras penalidades e venda de bens e serviços correntes.

É apresentado igualmente de seguida o quadro disponibilizado pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, com o valor da liquidação de IMI cobrado/a cobrar em 2014, que se considera como fundamentação para o valor inscrito no orçamento de 2015.

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01-10-2012		01-01-2013		01-01-2014		Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	Obs
						a	31-12-2012	a	31-12-2013	a	30-09-2014			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>														
01					<b>Impostos diretos</b>	107.073,57	646.249,67	464.336,71	608.829,98	643.708,00				
01	02				Outros	107.073,57	646.249,67	464.336,71	608.829,98	643.708,00				
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis	82.524,64	507.410,40	358.639,27	474.287,16	509.115,00	b)			
01	02	03			Imposto único de circulação	16.253,58	82.374,28	59.332,03	78.979,95	78.980,00				
01	02	04			Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	8.295,35	56.454,99	46.365,41	55.562,88	55.563,00				
01	02	99			Impostos diretos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)			

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Informação de liquidação de IMI cobrado/a cobrar em 2014 disponibilizada pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

(c) Dotada para abrir a rubrica





MUNICÍPIO : 0606 - GOIS

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS

ANO IMPOSTO - 2013

2014/05/29

	JAN/MAR	ABRIL	MAI/JUN	JULHO	AGO/OUT	NOVEMBRO	DEZEMBRO
0P - PRESTACAO UNICA	1.473,36*	239.880,99*	3.782,02*	78,55*	0,00*	0,00*	0,00*
1P - PRIMEIRA PRESTACAO	0,00*	102.431,37*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
2P - SEGUNDA PRESTACAO	0,00*	0,00*	0,00*	46.273,31*	0,00*	52.098,71*	0,00*
3P - TERCEIRA PRESTACAO	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	55.997,20*	0,00*
JM - JUROS DE MORA	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
AD - ADICIONAIS	1.698,27*	0,00*	3.022,06*	278,61*	0,00*	912,28*	0,00*
ANOS ANTERIORES							
0A - ANUIDADE UNICA	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
1A - PRIMEIRA ANUIDADE	152,49*	0,00*	0,00*	0,00*	442,81*	0,00*	0,00*
2A - SEGUNDA ANUIDADE	137,42*	0,00*	0,00*	0,00*	223,98*	0,00*	0,00*
3A - TERCEIRA ANUIDADE	15,15*	0,00*	0,00*	0,00*	215,69*	0,00*	0,00*
4A - QUARTA ANUIDADE	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
SUB - TOTAL	3.476,69*	342.312,36*	6.804,08*	46.630,47*	882,48*	109.008,19*	0,00*

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'JESU' and 'JESU'.

RELATÓRIO E DOCUMENTOS PREVISIONAIS

2015

▪ **Impostos Indiretos – 12.870 €**

Compreende as receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revestem a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação de via pública, publicidade e saneamento.

Os valores apresentados indicam um significativo acréscimo face às previsões de 2014, em aproximadamente 121%.

As regras previsionais aplicadas a este capítulo são as explanadas nos Impostos Diretos.


*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'DST' and a signature that appears to be 'João']*



Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01-10-2012 a 31-12-2012	01-01-2013 a 31-12-2013	01-01-2014 a 30-09-2014	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	Obs.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>											
02					<b>Impostos indiretos</b>	792,86	10.887,78	13.753,91	12.717,28	12.870,00	
02	02				Outros	792,86	10.887,78	13.753,91	12.717,28	12.870,00	
02	02	06			Impostos indiretos específicos das autarquias locais	792,86	10.887,78	13.753,91	12.717,28	12.870,00	
02	02	06	01		Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)
02	02	06	02		Loteamentos e obras	466,30	415,47	1.708,45	1.295,11	1.296,00	
02	02	06	03		Ocupação da via pública	219,16	282,95	0,00	251,06	252,00	
02	02	06	05		Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)
02	02	06	99		Outros	107,40	10.189,36	12.045,46	11.171,11	11.222,00	
02	02	06	99	01	TMDP	0,70	0,00	0,00	0,35	1,00	
02	02	06	99	02	TDPTH	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)
02	02	06	99	99	Outros	106,70	10.189,36	12.045,46	11.170,76	11.171,00	

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(c) Dotada para abrir a rúbrica



▪ **Taxas, Multas e Outras Penalidades – 259.014 €**

Compreende as receitas com taxas, onde se incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e a prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo de serviço prestado. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

As previsões para 2015 implicam um acréscimo de apenas 2,59%, face às registadas em 2014.

As regras previsionais aplicadas a este capítulo são as que constam nos impostos diretos.

*Accedi*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01-10-2012		01-01-2013		01-01-2014		Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	Obs
						a	31-12-2012	a	31-12-2013	a	30-09-2014			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>														
04					<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	72.513,09	262.298,87	183.106,61	258.959,29	259.014,00				
04	01				Taxas	68.046,98	246.638,81	174.854,11	244.769,95	244.823,00				
04	01	23			Taxas específicas das autarquias locais	68.046,98	246.638,81	174.854,11	244.769,95	244.823,00				
04	01	23	02		Loteamentos e obras	955,69	5.633,43	5.482,67	6.035,90	6.036,00				
04	01	23	03		Ocupação da via pública	222,68	1.281,61	798,78	1.151,54	1.152,00				
04	01	23	05		Caça, uso e porte de arma	1,59	15,96	12,89	15,22	16,00				
04	01	23	06		Saneamento	10.016,66	46.591,97	36.829,28	46.718,96	46.719,00				
04	01	23	99		Outras	56.850,36	193.115,84	131.730,49	190.848,35	190.900,00				
04	01	23	99	01	TDFTH	0,00	0,00	10,20	5,10	6,00				
04	01	23	99	02	Taxa de emissão do certificado de registro	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)			
04	01	23	99	03	Taxa de disponibilidade	55.113,52	161.160,40	119.587,88	167.930,90	167.931,00				
04	01	23	99	99	Outras	1.736,84	31.955,44	12.132,41	22.912,35	22.913,00				
04	02				Multas e outras penalidades	4.466,11	15.660,06	8.252,50	14.189,34	14.191,00				
04	02	01			Juros de mora	66,35	534,90	1.877,33	1.239,29	1.240,00				
04	02	02			Juros compensatórios	328,39	3.694,02	397,45	2.209,93	2.210,00				
04	02	04			Coimas e penalidades por contraordenações	3.028,09	7.034,71	2.696,56	6.379,68	6.380,00				
04	02	99			Multas e penalidades diversas	1.043,28	4.396,43	3.281,16	4.360,44	4.361,00				

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(c) Dotada para abrir a rubrica



▪ **Rendimentos de Propriedade – 870.000 €**

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Nas receitas esperadas para este capítulo estão contempladas, entre outras, a renda de concessão à EDP, a renda dos Parques Eólicos, dos Centros Eletrocutores da Central do Cabril e ainda da Carvalhinha. Também se teve em consideração a receita proveniente dos parques eólicos na sequência do protocolo assinado entre os Municípios de Góis e da Pampilhosa da Serra.

O valor previsto para 2015 relativamente ao orçado no ano de 2014 teve um aumento expressivo de 27,01% (185.000 €).

▪ **Transferências Correntes – 4.636.273 €**

Entende-se por transferência corrente os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Este capítulo, assim como o capítulo 10 (Transferências de capital), que será tratado mais à frente, obedecem às regras previsionais do POCAL. O ponto 3.3.1., alínea b) deste diploma estabelece que *“as importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou atribuição da entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podendo ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações”*.

No que concerne às receitas desta natureza, prevê-se um aumento moderadamente significativo:

- Os fundos provenientes da participação nos impostos de Estado para 2015 sofreram um aumento de 4,20% (160.100 €), comparativamente aos montantes indicados no Orçamento de Estado para 2014, conforme justificação exposta no ponto 2.3.4.1 do presente Relatório.
- As outras transferências provenientes da Administração Central sofreram um decréscimo significativo de 19,55%.

27  
Acced  
H. B. Cruz  
J. B. Cruz  
P. Cruz

28  
 [Handwritten signature]  
 [Handwritten signature]  
 [Handwritten signature]  
 [Handwritten signature]  
 [Handwritten signature]

As previsões consideradas neste capítulo para elaboração do Orçamento de 2015 são as seguintes:

Fundo de equilíbrio financeiro	3.894.720
Fundo social municipal	74.804
Participação variável do IRS	50
Outras da Administração Central	657.926
<i>Comparticipação das refeições escolares dos alunos 1º ciclo (ano letivo 2014/2015)</i>	7.000
<i>Programa de atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo (ano letivo 2014/2015)</i>	19.500
<i>Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) (ano letivo 2014/2015)</i>	23.000
<i>Transferência de competências 2º e 3º ciclo (manutenção e apetrechamento parque escolar)</i>	5.000
<i>Contrato de execução (transferência de competências do pessoal não docente EB 2-3 de Góis e Residência de Estudantes)</i>	357.322
<i>Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência de Estudantes) (anos anteriores)</i>	51.827
<i>Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência de Estudantes) (2014)</i>	32.000
<i>Comparticipação nos Transportes Escolares pelo encerramento da escola Bordeiro (ano letivo 2013/2014)</i>	600
<i>Gabinete Técnico Florestal - FFP (2015) - 2.333,33 €/mês</i>	28.000
<i>Comissão de Proteção de Menores (2º sem/2014 e ano 2015) - 6.433,53 €/semestre</i>	19.301
<i>Contratos Emprego-Inserção +/Estágios (IEFP)</i>	106.214
<i>Projeto Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local</i>	8.163
Fundos Comunitários – MaisCentro/POVT	8.673
<i>Estruturas de Animação Permanente</i>	8.673
Fundos Comunitários – PRODER	50
Outros	50
▪ <b>Venda de Bens e Serviços Correntes – 465.088 €</b>	

Neste capítulo incluem-se, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestações de serviços. Abrange ainda as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros.

Relativamente ao ano de 2015, este capítulo apresenta uma diminuição quase nula comparativamente ao orçamento inicial de 2014. A maior predominância nestas receitas é

registada pela venda de água (produtos acabados e intermédios), seguido das rendas, provenientes nomeadamente de habitações e de outros equipamentos propriedade do Município sob gestão de terceiros e os serviços desportivos prestados.

Também este capítulo (no que respeita às classificações 0701 – Venda de bens e 0702 – Serviços) obedece às regras previsionais dos impostos diretos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01-10-2012		01-01-2013		01-01-2014		Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	§ 9º
						a	31-12-2012	a	31-12-2013	a	30-09-2014			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>														
07					<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	100.633,21	400.232,15	267.511,73	384.188,55	267.511,73	384.188,55	384.297,00		
07	01				Venda de bens	48.967,02	186.308,75	102.655,93	168.965,85	102.655,93	168.965,85	169.019,00		
07	01	02			Livros e documentação técnica	0,00	150,00	17,50	83,75	17,50	83,75	84,00		
07	01	03			Publicações e impressos	0,00	197,50	26,75	112,13	26,75	112,13	113,00		
07	01	05			Bens inutilizados	0,00	69,25	0,00	34,63	0,00	34,63	35,00		
07	01	08			Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	c)	
07	01	10			Desperdícios, resíduos e refugos	0,00	2.864,17	0,00	1.432,09	0,00	1.432,09	1.433,00		
07	01	10	01		Sucata	0,00	1.825,00	0,00	912,50	0,00	912,50	913,00		
07	01	10	99		Outros	0,00	1.039,17	0,00	519,59	0,00	519,59	520,00		
07	01	11			Produtos acabados e intermédios	48.816,38	180.301,81	98.771,09	163.944,64	98.771,09	163.944,64	163.945,00		
07	01	11	02		Outros	48.816,38	180.301,81	98.771,09	163.944,64	98.771,09	163.944,64	163.945,00		
07	01	99			Outros	150,64	2.726,02	3.840,59	3.358,63	3.840,59	3.358,63	3.359,00		
07	02				Serviços	51.666,19	213.923,40	164.855,80	215.222,70	164.855,80	215.222,70	215.278,00		
07	02	01			Aluguer de espaços e equipamentos	0,00	2.355,00	0,00	1.177,50	0,00	1.177,50	1.178,00		
07	02	08			Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	7.395,47	11.058,40	6.194,21	12.324,04	6.194,21	12.324,04	12.325,00		
07	02	08	04		Serviços desportivos	7.395,47	11.058,40	6.194,21	12.324,04	6.194,21	12.324,04	12.325,00		
07	02	09			Serviços específicos das autarquias	39.080,95	181.673,46	139.782,54	180.268,48	139.782,54	180.268,48	180.322,00		
07	02	09	01		Saneamento	148,76	238,00	684,25	535,51	684,25	535,51	536,00	d)	
07	02	09	02		Resíduos sólidos	28.412,56	97.746,61	73.008,26	99.583,72	73.008,26	99.583,72	99.584,00		



Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01-10-2012		01-01-2013		01-01-2014		Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	úçõ
						a	31-12-2012	a	31-12-2013	a	30-09-2014			
					<b>RECEITAS CORRENTES</b>									
07	02	09	03		Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	4.312,90	18.116,63	13.781,89	18.105,71	18.107,00				
07	02	09	03	02	Transportes escolares	4.184,28	18.063,80	12.322,40	17.285,24	17.286,00				
07	02	09	03	99	Outros	128,62	52,83	1.459,49	820,47	821,00				
07	02	09	04		Trabalhos por conta de particulares	1.692,92	7.803,92	6.235,83	7.866,34	7.867,00				d)
07	02	09	05		Cemitérios	603,12	3.185,67	2.382,42	3.085,61	3.086,00				
07	02	09	06		Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00				c)
07	02	09	99		Outros	3.910,69	54.582,63	43.689,89	51.091,61	51.092,00				
07	02	99			Outros	5.189,77	18.836,54	18.879,05	21.452,68	21.453,00				
07	02	99	99		Outros	5.189,77	18.836,54	18.879,05	21.452,68	21.453,00				

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Informação de liquidação de IMI cobrado/a cobrar em 2014 disponibilizada pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

(c) Dotada para abrir a rúbrica

(d) O montante a prever para a rúbrica 07020904 - Trabalhos por conta de particulares correspondente à ligação de ramal de saneamento, vai passar para a classificação 07020901 - Saneamento, pois é a classificação correta.





▪ **Outras Receitas Correntes – 141.852 €**

Rubrica de natureza residual. Onde se incluem as receitas não enquadradas nos capítulos anteriores, como as receitas provenientes de indemnizações e recuperação do IVA.

Comparativamente com o ano anterior teve um decréscimo de cerca de 1%.

▪ **Venda de Bens de Investimento – 85.419 €**

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital (terrenos, habitações, edifícios ou outros bens de investimento) em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período de vida útil.

Ao nível destas receitas projeta-se uma variação negativa de 88,43%, quando efetuada comparação com o valor definido no orçamento de 2014.

O valor constante do orçamento de 2015 é repartido por:

- Terrenos – 100 €
- Habitações – 50 €
- Edifícios – 12.269 €
- Outros bens de investimento – 73.000 €

Também este capítulo (no que respeita às classificações 0901 – Venda de bens de investimento – Terrenos, 0902 – Venda de bens de investimento – Habitações e 0903 - Venda de bens de investimento – Edifícios) obedece à regra previsional constante no artigo 253º da Lei do Orçamento de Estado de 2014 (Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro) que refere que “os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2015, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.”

Cap	Grup	Art	DESIGNAÇÃO	01-10-2011		01-01-2012		01-01-2013		01-01-2014		Média aritmética simples (a)	Dotação para 2015	Obs
				a		a		a		a				
<b>RECEITAS CAPITAL</b>														
09			<b>Venda de bens de investimento</b>	0,00	12.056,00	24.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.419,00	
09	01		Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
09	01	01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
09	01	10	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
09	02		Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	
09	02	10	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
09	03		Edifícios	0,00	12.056,00	24.600,00	0,00	12.218,67	0,00	12.218,67	0,00	12.218,67	12.269,00	
09	03	01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	12.056,00	24.600,00	0,00	12.218,67	0,00	12.218,67	0,00	12.218,67	12.219,00	
09	03	10	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 36 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Dotada para abrir a rubrica



34

*[Handwritten signatures and initials]*

▪ **Transferências de capital – 1.382.276 €**

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda, cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita às receitas desta natureza, constata-se um acréscimo que ronda os 16% de 2014 para 2015, que é maioritariamente justificado pelo aumento da receita originária de cofinanciamentos no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), pois prevê-se, entre outros, o recebimento da comparticipação da obra “Circular Externa Carvalho dos Pombos e Acessos”.

O cálculo da receita a considerar neste capítulo também obedece à regra previsional constante do ponto 3.3.1., alínea b) do POCAL (vide transferências correntes).

Os valores inscritos no orçamento de 2015 provêm principalmente da Administração Central e de Fundos Comunitários:

Fundo de Equilíbrio Financeiro	<b>432.747</b>
Outras da Administração Central	<b>87.867</b>
<i>Transferência de competências 2ª e 3ª ciclo (manutenção e apetrechamento parque escolar)</i>	15.000
<i>Centro de Referência da Memória Goicense (60%)</i>	4.421
<i>Galeria Ripícolas do Concelho de Góis (100%)</i>	22.977
<i>Construção de tanque de água de Vale Maceira (70%)</i>	1.956
<i>Construção de tanque de água de Cadafaz (70%)</i>	4.253
<i>Requalificação dos Espaços Públicos e Infraestruturas da Aldeia do Loural - Espaços Públicos (60%)</i>	5.724
<i>Parque da Monteiro - Ciclo da Truta (60%)</i>	9.595
<i>Infraestruturas de apoio à Praia Fluvial de Alvares (60%)</i>	17.580
<i>Depósito de Água da Folgosa (70%)</i>	3.261
<i>Depósito de Água da Roda Fundeira (70%)</i>	3.101
Fundos Comunitários – MAISCENTRO/POVT	<b>545.022</b>
<i>Centro Escolar de Alvares (85%) - Terreno/concepção e construção e equipamento</i>	51.181
<i>Escola Básica 1º Ciclo/Pré-escolar - ampliação (85%)</i>	6.818
<i>Campo de Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira - beneficiação (70%)</i>	30.332
<i>Casa da Cultura (Edifício AERG) (85%)</i>	89.503

<i>Recuperação do espaço público e infraestruturas da aldeia do Loural (85%)</i>	10.166	<i>Receita 1.</i>
<i>Circular Externa Carvalhal dos Pombos e Acessos (50%)</i>	357.022	
<b>Fundos Comunitários – PRODER</b>	<b>291.470</b>	
<i>Centro de Referência da Memória Goicense (60%)</i>	17.682	
<i>Galeria Ripícolas do Concelho de Góis (100%)</i>	91.907	
<i>Construção de tanque de água de Vale Maceira (70%)</i>	7.822	
<i>Construção de tanque de água de Cadafaz (70%)</i>	17.012	
<i>Requalificação dos Espaços Públicos e Infraestruturas da Aldeia do Loural - Espaços Públicos (60%)</i>	22.894	
<i>Parque da Monteiro - Ciclo da Truta (60%)</i>	38.381	
<i>Infraestruturas de apoio à Praia Fluvial de Alvares (60%)</i>	70.322	
<i>Depósito de Água da Folgosa (70%)</i>	13.046	
<i>Depósito de Água da Roda Fundeira (70%)</i>	12.403	
<b>Fundos Comunitários - Outros</b>	<b>50</b>	
<b>Famílias</b>	<b>25.120</b>	
<i>Casa dos Particulares - Plano Aldeias de Xisto</i>		
<i>Aigra Nova</i>	6.965	
<i>Pena</i>	4.485	
<i>Aigra Velha</i>	13.670	

▪ **Ativos Financeiros – 7.500 €**

Este capítulo compreende, entre outras, as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso a favor da autarquia.

Prevê-se arrecadar cerca de 7.500€ deste tipo de receita, se se concretizar a alienação das participações financeiras que o Município detém no capital social das empresas Município, S.A. e WRC – ADR, S.A..

### 3.2.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

O agregado das despesas contém as seguintes desagregações orgânicas:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal

As despesas referentes à Assembleia Municipal estão desagregadas e individualizadas nos termos do nº3 do artigo 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

As despesas referentes à Câmara Municipal estão desagregadas e individualizadas de acordo com a sua natureza, nos termos do POCAL e em consonância com as alterações ao classificador económico introduzidas pelo Decreto-Lei nº26/2002, de 14 de fevereiro, mas agregadas em termos orgânicos.

Os montantes inscritos em cada uma das rubricas da despesa são as seguintes:

#### ▪ Despesas com Pessoal – 3.085.350 €

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento individualizado que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários ou agentes, como aos indivíduos que prestem serviços a título de contrato a termo certo e regime de tarefa ou de avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

Apesar das alíneas e) e f) do ponto 3.3.1. do POCAL referirem que as importâncias relativas a despesas com pessoal a inscrever no orçamento *“devem considerar apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo ou cujos contratos ou abertura de concurso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento”* e *“devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, sendo atualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita”*, a Lei nº 35/2014, de 20 de junho introduz a obrigatoriedade da elaboração de um mapa de pessoal, no qual deve constar, ao nível orçamental, o seguinte:

- Remunerações dos trabalhadores que devam manter o exercício de funções;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Acceedr." and "DEG".

- Recrutamento de novos trabalhadores de acordo com os postos de trabalho previsto ocupar no mapa de pessoal;
- Alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- Atribuição de prémios de desempenho.

As despesas com pessoal no ano de 2015 diminuem 3,23% relativamente às previsões de 2014.

▪ **Aquisição de Bens – 537.550 €**

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório e outras eventuais despesas.

Estas despesas apresentam um aumento significativo de 9,99% face ao valor definido no orçamento inicial de 2014 e uma diminuição de 5,45 % face ao orçamento corrigido de 2014 (à data de 30/09/2014).

Com um peso significativo surge a aquisição de combustíveis e lubrificantes (186.000 €), de matérias-primas e subsidiárias (100.000€), de material de transporte – peças (62.500 €) e de outros bens (55.000 €).

▪ **Aquisição de Serviços – 1.711.700 €**

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras eventuais despesas.

As previsões apresentadas denotam um aumento de 3,75% das despesas desta natureza face ao valor definido no orçamento inicial de 2014 e um decréscimo de 3,14 % face ao valor constante no orçamento corrigido de 2014 (à data de 30/09/2014).

Importa atender à influência verificada do montante de 210.000 € referente às despesas com transportes (protocolos com a Transdev), assim como do montante de 495.000 €, referente tanto à iluminação pública como às despesas com outros serviços, do montante de 185.000 € referente

aos encargos com tratamento de águas residuais e do montante de 255.000 €, relacionado com os encargos das instalações.

▪ **Juros e Outros Encargos – 30.150 €**

A título de definição genérica, o termo «juro» designa habitualmente o montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de determinado período pela utilização de determinado montante de capital, sem que este último se reduza. No caso em apreço, compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locação financeira, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

No que concerne às despesas desta natureza, prevê-se um decréscimo de cerca de 24% destes encargos comparativamente ao orçado em 2014. Tal situação é justificada pela conclusão em 2014 da amortização de um empréstimo de médio e longo prazo contratados em 1999 à Caixa Geral de Depósitos relativo às empreitadas de reformulação da rede viária da Vila de Góis e de de beneficiação da E.N. 2 entre Góis e V. N. de Poiares e à aquisição de um pavilhão industrial, bem como pelo término de contratos de locação financeira que ocorre no início do ano de 2015.

Além desta situação, ao longo do ano de 2014 tem havido uma intensificação da descida das taxas de juro e prevê-se que no ano de 2015 estas se mantenham baixas.

A representatividade destas despesas é essencialmente caracterizada pelos juros referentes aos seguintes empréstimos a médio e longo prazo:

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	EMPRESTIMO Nº.	DATA DO CONTRATO	MONTANTE DO EMPRESTIMO	SALDO DEVEDOR EM 31-12-14	PRESTAÇÃO Nº.	DATA	TAXA JURO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO EXP.	TOTAL ENCARGOS
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	0345/000453/391	17-11-2000	159.615,33	12.896,35	29	17-05-2015	0,5160	6.442,11	24,25	4,00	6.470,36
	0345/000457/691	12-06-2001	89.783,62	10.857,98	30	17-11-2015	0,5160	6.454,24	12,13	4,00	6.470,37
	9015/002355/291	18-09-2001	570.126,00	27.214,57	28	12-06-2015	0,7170	3.608,63	32,14	4,00	3.644,77
	9015/003730/891	13-08-2003	378.100,00	132.062,97	29	12-12-2015	0,7170	3.619,31	21,46	4,00	3.644,77
	9140/013477/791	20-07-2004	395.788,00	143.258,89	28	18-03-2015	0,8120	6.785,36	48,83	4,00	6.838,19
	9015/003967/991	19-10-2004	42.079,00	17.848,34	29	18-09-2015	0,8120	6.797,54	36,65	4,00	6.838,19
	9015/004409/691	30-06-2005	510.311,00	105.052,95	23	13-02-2015	1,3050	16.134,55	861,71	4,00	17.000,26
	9015/004410/991	06-07-2005	253.100,00	125.634,88	24	13-08-2015	1,3050	16.243,00	748,90	4,00	16.995,90
	9015/004906/391	06-07-2006	130.000,00	54.500,13	21	20-01-2015	0,7430	14.088,02	532,21	4,00	14.624,23
	9015/006339/291	09-03-2009	750.000,00	508.389,21	22	20-07-2015	0,7430	14.151,99	453,39	4,00	14.609,38
					17	19-04-2015	0,9820	1.750,30	77,37	4,00	1.831,67
					18	19-10-2015	0,9820	1.757,88	69,79	4,00	1.831,67
					19	30-06-2015	0,7410	9.404,10	323,56	4,00	9.731,66
				20	30-12-2015	0,7410	9.433,06	294,60	4,00	9.731,66	
				19	06-01-2015	0,6020	10.297,38	378,16	4,00	10.679,54	
				20	06-07-2015	0,6020	10.339,00	323,52	4,00	10.666,52	
				15	06-01-2015	0,4310	6.761,30	117,45	4,00	6.882,75	
				16	06-07-2015	0,4310	6.780,04	93,09	4,00	6.877,13	
				12	09-03-2015	2,0320	36.779,13	5.165,23	4,00	41.948,36	
				13	09-09-2015	2,0320	37.152,80	4.791,56	4,00	41.948,36	
							<b>224.779,74</b>	<b>14.406,00</b>	<b>80,00</b>		<b>239.073,58</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *Handwritten signature*  
 - Middle right: *Handwritten signature*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*  
 - Far right: *Handwritten initials*



INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	EMPRÉSTIMO Nº.	DATA DO CONTRATO	MONTANTE DOS EMPRÉSTIMOS	SALDO DEVEDOR EM 31-12-14	PRESTAÇÃO Nº. DATA	TAXA JURO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO EXP.	TOTAL ENCARGOS	
	Transporte da página anterior										
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	9015/006909/991	06-10-2010	497.690,00	410.993,84	9 06-04-2015	3,3800	224.779,74	14.406,00	80,00	239.073,58	
					10 06-10-2015	3,3800	22.680,06	6.723,86	0,00	29.403,92	
					31 09-03-2015	0,7920	23.051,11	6.352,81	0,00	29.403,92	
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA	56029025683	09-06-2004	68.800,00	17.183,87	32 09-06-2015	0,7920	797,19	24,11	0,00	821,30	
					33 09-09-2015	0,7920	797,19	22,79	0,00	819,98	
					34 09-12-2015	0,7920	797,20	20,14	0,00	817,34	
BANCO BPI	3612758830001	09-11-2005	100.099,00	45.044,55	13 19-02-2015	0,4450	5.004,95	134,37	0,00	5.139,32	
					14 19-08-2015	0,4450	5.004,95	89,09	0,00	5.094,04	
BBVA	148970000043	05-11-2007	641.000,00	352.550,00	13 12-02-2015	0,3270	32.050,00	576,42	0,00	32.626,42	
					14 12-08-2015	0,3270	32.050,00	524,02	0,00	32.574,02	
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.586.491,95</b>	<b>1.963.488,53</b>			<b>347.809,58</b>	<b>28.895,07</b>	<b>80,00</b>	<b>376.784,65</b>	

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *Handwritten signature*  
 - Middle right: *Handwritten signature*  
 - Bottom left: *Handwritten signature*  
 - Middle left: *Handwritten signature*  
 - Bottom center: *Handwritten signature*

- **Transferências correntes – 442.600 €**

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições Lucrativas e Famílias.

No âmbito destas despesas, estabelece-se uma variação positiva de 51,26 % relativamente ao inicialmente previsto em 2014 e uma diminuição de 29,31% relativamente ao orçamento corrigido em 2014 (à data de 30/09/2014). Neste capítulo a maior fatia encontra-se afeta ao apoio a instituições sem fins lucrativos.

- **Outras despesas correntes – 61.038 €**

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como reembolsos e restituições ou pagamento de IVA.

Ao nível destas despesas, estima-se um aumento de aproximadamente 10% comparativamente com a dotação corrigida de 2014 (à data de 30/09/2014).

- **Aquisição de Bens de Investimento – 1.086.000 €**

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra um aumento do ativo, designadamente, terrenos, instalação de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros.

No que respeita a estas despesas, regista-se uma diminuição de cerca de 3% face ao montante previsto e um aumento de cerca de 6% face ao montante corrigido em 2014 (à data de 30/09/2014). É de destacar a dotação definida de uma forma genérica com edifícios (820.500 €) onde se incluem as intervenções em edifícios de serviços, de instalações desportivas e recreativas e escolas.

- **Locação Financeira – 38.500 €**

Compreende as despesas com contratos de locação financeira de acordo com legislação em vigor. Apesar de se revestirem de despesas de investimento, carecem de procedimento diferenciado.

Este capítulo evidencia uma expressiva diminuição de cerca de 47%, por ser concluído no início do ano de 2015 o pagamento dos contratos de locação financeira destinados à aquisição de uma grua florestal com reboque e de um trator com Limpa-bermas.

▪ **Bens de Domínio Público – 996.000 €**

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público, os quais são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, estando afetos ao uso público e que alguma norma jurídica os classifica como tal, tais como, viadutos, arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagem de águas residuais, parques e jardins, viação rural, bens de domínio histórico, artístico, cultural e outros.

Ao nível destas despesas, projeta-se um decréscimo de 25,56% face ao orçamento inicial de 2014 e de cerca de 20%, face ao orçamento corrigido do mesmo ano (à data de 30/09/2014), sendo de destacar a dotação definida para Viadutos, arruamentos e obras complementares, com 398.500 €, para os outros bens de domínio público, com 212.000 € e para a captação e distribuição de água, com 167.500 €.

▪ **Transferências de capital – 110.000 €**

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem Fins Lucrativos e Famílias.

As previsões estabelecidas significam uma diminuição em aproximadamente 15% comparativamente à previsão de 2014 e um aumento de cerca de 2% quando comparado com o orçamento corrigido do mesmo ano (à data de 30/09/2014). O maior volume absorvido por este tipo de transferências destina-se a apoio a instituições sem fins lucrativos, seguido das freguesias.

▪ **Ativos Financeiros – 56.212 €**

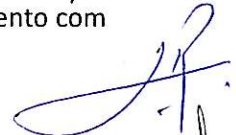
Compreende as operações financeiras, designadamente, a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação e a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

As previsões apresentadas em 2015 denotam um aumento de 100% das despesas desta natureza face ao valor definido no orçamento de 2014 e dizem respeito principalmente à realização do



43

Acedi.



J. B. J.



capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no montante de 51.212 € em cumprimento com o disposto na Lei nº 53/2014, de 25 de agosto.

▪ **Passivos Financeiros – 350.000 €**

Compreende as operações financeiras, designadamente, amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Relativamente a estes encargos, no orçamento para 2015 regista-se uma diminuição de aproximadamente 11% relativamente às despesas dotadas em 2014, uma vez que em 2014 verificou-se a conclusão do pagamento da amortização de um empréstimo de médio e longo prazo, conforme já referido na rubrica “Juros e Outros Encargos”.

Ainda relativamente a este capítulo o montante da amortização de capital por empréstimo encontra-se discriminado no quadro que consta na rubrica referida anteriormente.

3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DO ORÇAMENTO NOS ANOS 2014/2015

3.3.1. COMPARAÇÃO DAS PREVISÕES DA RECEITA – 2014/2015

3.3.1.1. QUADRO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2014/2015)

Descrição da Receita	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
Impostos diretos	642.842	642.842	643.708	866	0,13	866	0,13
Impostos indiretos	5.837	5.837	12.870	7.033	120,49	7.033	120,49
Taxas, multas e outras pen.	252.474	252.474	259.014	6.540	2,59	6.540	2,59
Rendimentos de prop.	685.000	685.000	870.000	185.000	27,01	185.000	27,01
Transf. correntes	4.638.186	4.638.186	4.636.273	-1.913	-0,04	-1.913	-0,04
Venda bens/serv. correntes	465.565	465.565	465.088	-477	-0,10	-477	-0,10
Outras receitas correntes	142.794	142.794	141.852	-942	-0,66	-942	-0,66
Venda bens investimento	738.000	275.210	85.419	-652.581	-88,43	-189.791	-68,96
Transf. de capital	1.196.102	1.284.004	1.382.276	186.174	15,57	98.272	7,65
Ativos financeiros	7.500	7.500	7.500	0	0,00	0	0,00
Passivos financeiros	0	0	0	0	0,00	0	0,00
Outras receitas de capital	500	500	500	0	0,00	0	0,00
Rep. não abatidas aos pagtos	500	500	500	0	0,00	0	0,00
Saldo da gerência anterior	0	574.561	0	0	0,00	-574.561	-100,00
Total das receitas correntes	6.832.698	6.832.698	7.028.805	196.107	2,87	196.107	2,87
Total das receitas de capital	1.942.102	1.567.214	1.475.695	-466.407	-24,02	-91.519	-5,84
Outras receitas	500	575.061	500	0	0,00	-574.561	-99,91
<b>TOTAIS</b>	<b>8.775.300</b>	<b>8.974.973</b>	<b>8.505.000</b>	<b>-270.300</b>	<b>-3,08</b>	<b>-469.973</b>	<b>-5,24</b>

Uni: Euro

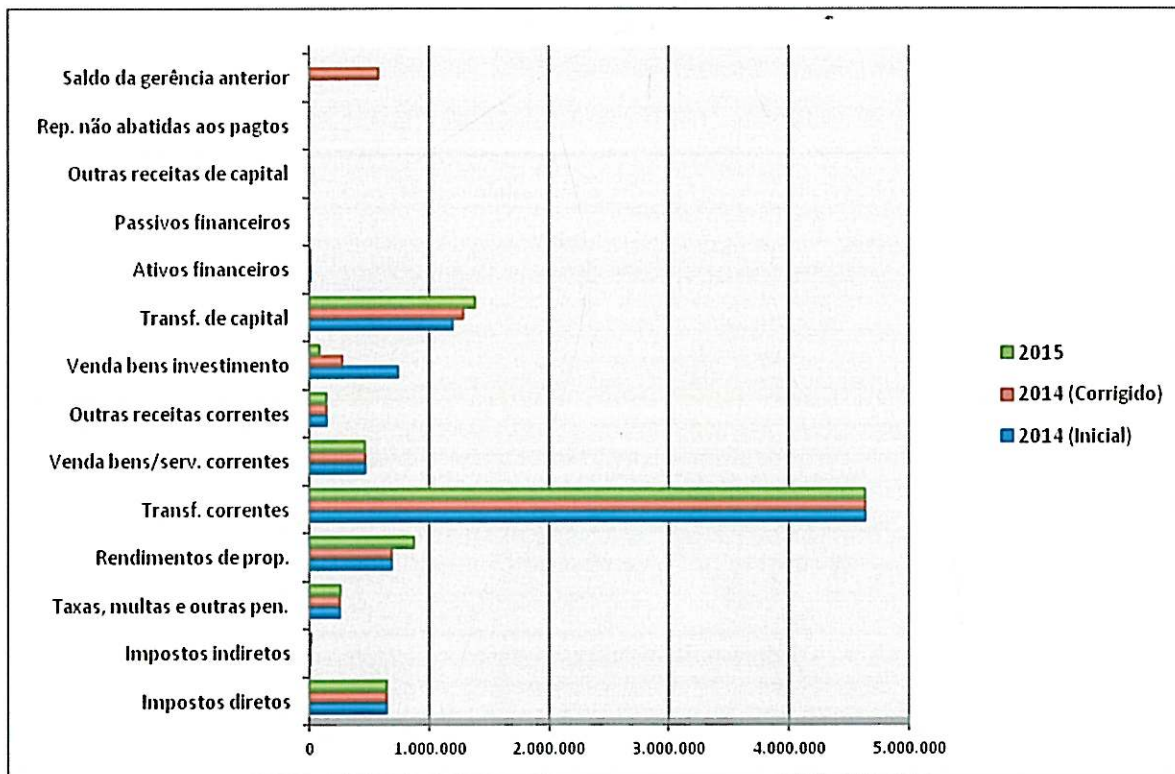
(a) Variação por relação à previsão inicial em 2014

(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2014 (até 30/09)

45

*[Handwritten signatures and initials]*

3.3.1.2. GRÁFICO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2014/2015)



*Acord. r.*

*[Handwritten signature]*

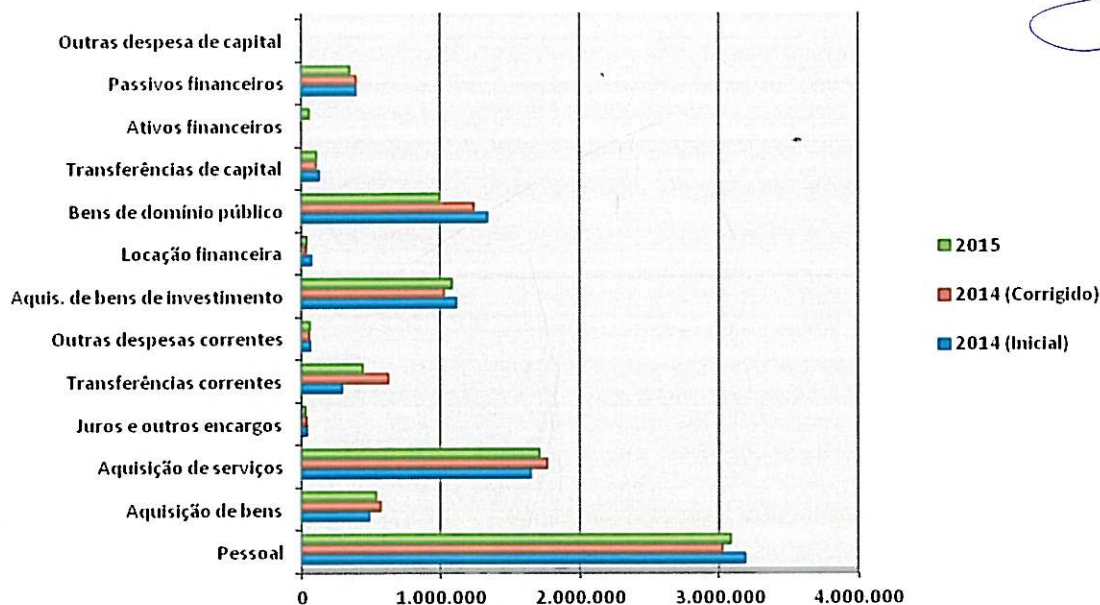
3.3.2. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES DA DESPESA – 2014/2015

3.3.2.1. QUADRO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2014/2015)

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Descrição da Despesa	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
Pessoal	3.188.450	3.026.150	3.085.350	-103.100	-3,23	59.200	1,96
Aquisição de bens	488.550	568.350	537.350	48.800	9,99	-31.000	-5,45
Aquisição de serviços	1.649.800	1.767.250	1.711.700	61.900	3,75	-55.550	-3,14
Juros e outros encargos	39.550	37.050	30.150	-9.400	-23,77	-6.900	-18,62
Transferências correntes	292.600	626.150	442.600	150.000	51,26	-183.550	-29,31
Outras despesas correntes	64.650	55.650	61.038	-3.612	-5,59	5.388	9,68
Aquis. de bens de investimento	1.116.500	1.027.600	1.086.000	-30.500	-2,73	58.400	5,68
Locação financeira	72.000	33.000	38.500	-33.500	-46,53	5.500	16,67
Bens de domínio público	1.338.000	1.242.400	996.000	-342.000	-25,56	-246.400	-19,83
Transferências de capital	130.000	108.000	110.000	-20.000	-15,38	2.000	1,85
Ativos financeiros	0	0	56.212	56.212	100,00	56.212	100,00
Passivos financeiros	395.000	395.000	350.000	-45.000	-11,39	-45.000	-11,39
Outras despesas de capital	200	471	100	-100	-50,00	-371	-78,77
Total das despesas correntes	5.723.600	6.080.600	5.868.188	144.588	2,53	-212.412	-3,49
Total das despesas de capital	3.051.700	2.806.471	2.636.812	-414.888	-13,60	-169.659	-6,05
<b>TOTAIS</b>	<b>8.775.300</b>	<b>8.887.071</b>	<b>8.505.000</b>	<b>-270.300</b>	<b>-3,08</b>	<b>-382.071</b>	<b>-4,30</b>

3.3.2.2. GRÁFICO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2014/2015)



*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "Acord." and a signature.  
 - Middle right: "H. B. Lourenço" and a signature.  
 - Bottom right: "J. B. S." and a signature.

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP's)

4.1. DESCRIÇÃO

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem um documento fundamental em termos de desenvolvimento estratégico e incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

Na distribuição por funções, temos que, dos 2.250.500 € que correspondem à totalidade das GOP, 34,70% correspondem às funções sociais, 34,50% às funções gerais, 27,68% às funções económicas e 3,11% às outras funções.

Os programas com maior representatividade são a administração geral (28,28%), seguido dos transportes rodoviários (17,66%) e o desporto, recreio e lazer (9,51%).

Na elaboração das GOP de 2015 deu-se prioridade aos investimentos financiados por fundos comunitários ou outras fontes de financiamento, bem como aos investimentos ao nível do abastecimento de água, saneamento e arruamentos. É ainda de destacar o montante definido na administração geral que corresponde, em grande parte, à execução do projeto "Parque Municipal"



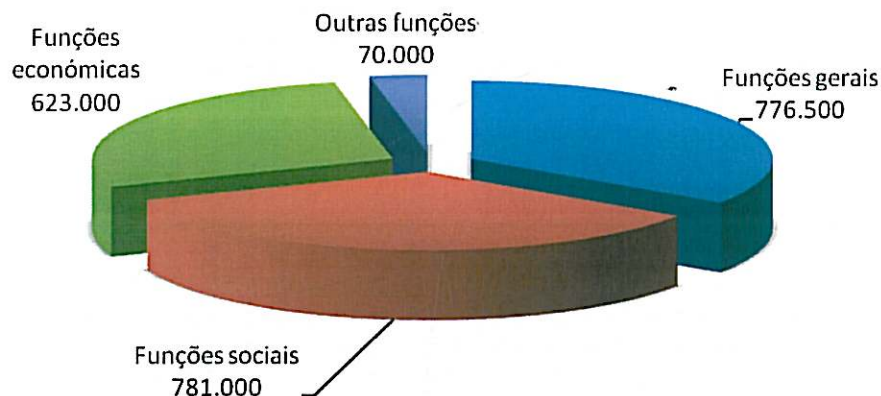
4.1.1. RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015

Obj.	CÓDIGO Prog.	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES - 2015	
			Valor	%
1		<b>Funções gerais</b>	<b>776.500</b>	<b>34,50</b>
	111	Administração geral	636.500	28,28
	121	Proteção e luta contra incêndios	140.000	6,22
2		<b>Funções sociais</b>	<b>781.000</b>	<b>34,70</b>
	211	Ensino não superior	74.000	3,29
	232	Ação social	20.000	0,89
	242	Ordenamento do território	60.000	2,67
	243	Saneamento	114.500	5,09
	244	Abastecimento de água	191.000	8,49
	245	Resíduos sólidos	6.500	0,29
	246	Proteção meio ambiente e conservação natureza	21.000	0,93
	251	Cultura	77.500	3,44
	252	Desporto, recreio e lazer	214.000	9,51
	253	Outras atividades cívicas e religiosas	2.500	0,11
3		<b>Funções económicas</b>	<b>623.000</b>	<b>27,68</b>
	310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	112.500	5,00
	320	Indústria e energia	35.500	1,58
	331	Transportes rodoviários	397.500	17,66
	342	Turismo	77.500	3,44
4		<b>Outras funções</b>	<b>70.000</b>	<b>3,11</b>
	420	Transferências entre Administrações	50.000	2,22
	430	Diversas não especificadas	20.000	0,89
<b>TOTAL</b>			<b>2.250.500</b>	<b>100,00</b>

Uni: Euro

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "Auedi." with a signature.  
 - Middle right: "H. H. H." with a signature.  
 - Bottom right: "J.B.S." with a signature.  
 - Further down: "P. P." with a signature.

4.1.2. GRÁFICO – RESUMO DAS GOP POR FUNÇÕES PARA 2015



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Acordi', 'J.', 'M. B. B.', 'M.', 'D. B.', and 'P. B.']*

4.2. ESPECIFICAÇÕES DOS PROGRAMAS E EVOLUÇÃO DAS GOP

Seguidamente irá ser efetuada uma breve análise a todos os programas.

**Funções Gerais**

- **Administração geral – 636.500 €**

Neste programa enquadram-se todas as atividades relacionadas com os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia.

No ano de 2015, este é o programa com maior representatividade, com 28,28% do total das GOP.

Comparativamente ao orçamento corrigido de 2014, este programa sofreu um decréscimo praticamente nulo.

Para 2014 o projeto a destacar neste programa é o projeto “Parque Municipal”, que no seu cômputo representa mais de 80% do mesmo.

- **Proteção Civil e Luta Contra Incêndios – 140.000 €**

Compreende todos os serviços vocacionados para a proteção civil, a proteção e combate contra incêndios e o socorro às populações em caso de acidentes e calamidades. Abrange também os subsídios concedidos às entidades que prossigam tais objetivos.

Este programa representa 6,22% do total das GOP. Comparativamente com o ano de 2014 este programa diminuiu em 2,78% quando comparado com o orçamento corrigido de 2014. É de

salientar que no decurso do ano de 2015 se prevê continuar com um conjunto de medidas relacionadas com a prevenção e luta contra incêndio, designadamente no que respeita à construção de reservatórios de água e à abertura e limpeza de estradas e aceiros um pouco por todo o Concelho.

Pretende-se no decurso do ano de 2015 continuar a desenvolver parcerias com as diversas entidades concelhias cuja missão é efetivamente a prevenção e combate de incêndios.

#### Funções Sociais

- **Ensino não Superior – 74.000 €**

Compreende os estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico.

Este programa corresponde a 3,29% da totalidade das GOP.

Relativamente a 2014, este programa sofre um acréscimo significativo de 18,40% quando comparado com o orçamento inicial de 2014 sendo de destacar a precisão de gastos com a beneficiação da Escola Básica 2/3 de Góis e com a requalificação da Escola Básica 1º ciclo / Pré-escolar de Vila Nova do Ceira.

- **Ação Social – 20.000 €**

Compreende os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas a beneficiários com necessidades especiais, designadamente a instituições de assistência e de solidariedade social.

Este programa abrange as transferências a atribuir a instituições enquadradas no terceiro setor com fins sociais, que no cumprimento do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, procedam à entrega de candidaturas destinadas a apoiar principalmente a aquisição de equipamento para a prossecução das suas atividades.

Abrange também o investimento relativo à aquisição e beneficiação do Hospital Monteiro Bastos e edifícios anexos.

- **Ordenamento do Território – 60.000 €**

Abrange a elaboração e execução de planos municipais de ordenamento e a realização de reabilitação urbana e rural.

Em 2015, este programa representa 2,67% das GOP e nele se destacam a realização do projeto relacionado com a revisão do Plano Diretor Municipal e a aquisição de cartografia digital.

▪ **Saneamento – 114.500 €**

Inclui todos os sistemas de drenagem de águas residuais.

Nas GOP, este programa representa 5,09% e apresenta um decréscimo de 20,21% se comparado com o orçado em 2014 e apenas de 4,18% se comparado com o orçamento corrigido do mesmo ano.

Para 2015 destaca-se a conclusão da rede e da ETAR na Cabreira. Prevê-se ainda, face á abertura de candidaturas no âmbito do novo quadro comunitário, a execução da ETAR do Colmeal e requalificação da ETAR de Alvares.

▪ **Abastecimento de Água – 191.000 €**

Respeita a todo o sistema de distribuição de água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade. Neste programa para além de estarem incluídas intervenções de manutenção de todo abastecimento de água do Concelho.

O abastecimento de água representa 8,49% das GOP e comparativamente ao orçado no ano de 2014 sofreu um significativo decréscimo de 44,15%, justificado pela conclusão em 2014 da 1ª fase do projeto do “Sistema autónomo de abastecimento de água de Góis”.

Destaca-se então a conclusão do da obra “Sistema autónomo de abastecimento de água de Góis” e a manutenção/beneficiação dos diversos sistemas de abastecimento do Concelho.

▪ **Resíduos Sólidos – 6.500 €**

Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Este programa representa 0,29% das GOP.

▪ **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 21.000€**

Compreende a higiene pública (balneários, sanitários e lavadouros), cemitérios, bem como a proteção, conservação e valorização do património natural.

Representa 0,93% das GOP e compreende apenas as beneficiações dos cemitérios municipais e a beneficiação dos lavadouros do Concelho.

▪ **Cultura – 77.500 €**

Compreende os museus, bibliotecas, teatros e outros centros de cultura. Abrange, também, os subsídios ou participações a organizações promotoras de cultura.

A cultura representa 3,44% das GOP e apresenta um decréscimo de -7,19% se comparado com o orçamento em 2014, salientando-se para 2015 a beneficiação/manutenção da Casa-Museu “Alice Sande”.

▪ **Desporto, Recreio e Lazer – 214.000 €**

Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange nomeadamente a construção, a recuperação e conservação de infraestruturas desportivas. Engloba ainda os apoios e participações a organizações com tais objetivos.

Tem uma representação total das GOP de 9,51% e apresenta um acréscimo bastante significativo de 203,55% se comparado com o orçamento em 2014, devendo-se à inclusão da execução do projeto “Praia Fluvial de Alvares - implantação”.

▪ **Outras Atividades Cívicas e Religiosas - 2.500 €**

Respeita o apoio a organizações filantrópicas, juvenis e outras de carácter cívico e religioso.

**Funções Económicas**

▪ **Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca – 112.500 €**

Compreende as despesas com construção e melhoramento de caminhos agrícolas, com manutenção de brigadas para prevenção e combate a incêndios florestais.

Este programa representa 5,00% das GOP e apresenta um significativo decréscimo de 60,80% se comparado com o orçamento em 2014, devendo-se esta diminuição à conclusão, ainda em 2014, dos projetos “Zona de caça Municipal – Beneficiação” e “Galerias Ripícolas do Concelho”, projetos esses beneficiados pelo PRODER. De destacar ainda em 2015 a inclusão do projeto a desenvolver no Parque da Monteiro designado de Ciclo da Truta que representa mais de 80% de todo o programa.

- **Indústria e Energia – 35.500 €**

Abrange despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais. Compreende a iluminação pública e as resultantes dos incentivos à diversificação das fontes de energia e apoio ao transporte e distribuição de energia.

Este programa representa cerca 2% das GOP e nele se destaca a ampliação da rede pública de iluminação e o projeto “Zona Industrial das Cortes – ampliação, beneficiação e manutenção”.

- **Transportes Rodoviários – 397.500 €**

Abrange os viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais.

Este programa absorve mais de 17% das GOP. Ao nível das acessibilidades no Concelho, pretende-se dar continuidade não só à beneficiação de toda a rede viária, mas principalmente dos arruamentos.

Comparativamente com o orçado em 2014 observa-se um decréscimo de cerca de 5%, mas um aumento de 22,91% quando comparado com o orçamento corrigido do mesmo ano.

- **Turismo – 77.500 €**

Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões municipais de turismo e comissões regionais de turismo.

Este programa tem uma percentagem de representatividade de 3,44% e apresenta um decréscimo de cerca de 41% quando comprado com o orçado no ano de 2014. Destaca-se a continuidade na execução dos espaços públicos e infraestruturas da Aldeia do Lournal e a Instalação de parque de caravanismo nas Canaveias.

### Outras Funções

- **Transferência entre Administrações – 50.000 €**

Este programa inclui as transferências a efetuar para outras entidades da Administração Central, Regional ou Autárquica.

No caso concreto, abrange os protocolos relacionados com os apoios a conceder às Freguesias do Concelho e eventuais acordos de execução no âmbito de delegação de competências com as mesmas.

▪ **Diversas não especificadas – 20.000 €**

Este programa engloba dois projetos que o Município pretende continuar a levar a efeito no decurso de 2015 designados de “Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Capacitação do Território” e “Núcleo Empresarial e Comercial do Ceira”.

**4.3. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS NAS GOP – 2014/2015**

Em 2014, as GOP totalizam o montante de 2.250.500 €, menos 421.000 € que em 2014, o equivalente a um decréscimo de cerca de 16%.

O quadro seguinte demonstra, para os anos de 2014 e 2015, a desagregação das GOP por PPI e AMR. Pode verificar-se que o PPI em 2015, comparativamente a 2014, sofreu um decréscimo na ordem de 406.000 € e as AMR um decréscimo de cerca de 15.000 €. Refere-se ainda que o PPI tem o maior peso no global das GOP.

DESIGNAÇÃO	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
Plano Plurianual de Investimentos	2.526.500	2.303.000	2.120.500	-406.000	-16,07	-182.500	-7,92
Atividades mais Relevantes	145.000	110.000	130.000	-15.000	-10,34	20.000	18,18
<b>Grandes Opções do Plano</b>	<b>2.671.500</b>	<b>2.413.000</b>	<b>2.250.500</b>	<b>-421.000</b>	<b>-15,76</b>	<b>-162.500</b>	<b>-6,73</b>

<sup>(a)</sup> Variação por relação à dotação inicial em 2014

<sup>(b)</sup> Variação por relação à dotação corrigida em 2014 (até 30/09)

54

*Acced*

*H. Cruz*

*Me*

*DEST.*

*Prunz*

Relativamente à evolução (2014/2015) das GOP desagregada por programas apresenta-se conforme quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
01 Administração geral	718.000	642.100	636.500	-81.500	-11,35	-5.600	-0,87
02 Proteção e luta contra incêndios	175.000	144.000	140.000	-35.000	-20,00	-4.000	-2,78
03 Ensino não superior	62.500	44.000	74.000	11.500	18,40	30.000	68,18
04 Ação social	17.500	6.500	20.000	2.500	14,29	13.500	207,69
05 Ordenamento do território	62.500	22.000	60.000	-2.500	-4,00	38.000	172,73
06 Saneamento	143.500	119.500	114.500	-29.000	-20,21	-5.000	-4,18
07 Abastecimento de água	342.000	357.000	191.000	-151.000	-44,15	-166.000	-46,50
08 Resíduos sólidos	8.500	5.500	6.500	-2.000	-23,53	1.000	18,18
09 Prot. meio ambiente e conservação natureza	19.500	3.500	21.000	1.500	7,69	17.500	500,00
10 Cultura	67.000	83.500	77.500	10.500	15,67	-6.000	-7,19
11 Desporto, recreio e lazer	70.500	219.500	214.000	143.500	203,55	-5.500	-2,51
12 Outras atividades cívicas e religiosas	2.500	500	2.500	0	0,00	2.000	400,00
13 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	287.000	262.500	112.500	-174.500	-60,80	-150.000	-57,14
14 Indústria e energia	82.500	65.500	35.500	-47.000	-56,97	-30.000	-45,80
15 Transportes rodoviários	418.000	323.400	397.500	-20.500	-4,90	74.100	22,91
16 Turismo	130.000	82.000	77.500	-52.500	-40,38	-4.500	-5,49
17 Transferências entre administrações	50.000	30.000	50.000	0	0,00	20.000	66,67
18 Diversas não especificadas	15.000	2.000	20.000	5.000	33,33	18.000	900,00
<b>TOTAIS</b>	<b>2.671.500</b>	<b>2.413.000</b>	<b>2.250.500</b>	<b>-421.000</b>	<b>-15,76</b>	<b>-162.500</b>	<b>-6,73</b>

Uni: Euro

<sup>(a)</sup> Variação por relação à dotação inicial em 2014

<sup>(b)</sup> Variação por relação à dotação corrigida em 2014 (até 30/09)



## 4.4. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS EM PPI – 2014/2015

DESIGNAÇÃO	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
01 Administração geral	718.000	642.100	636.500	-81.500	-11,35	-5.600	-0,87
02 Proteção e luta contra incêndios	145.000	102.000	115.000	-30.000	-20,69	13.000	12,75
03 Ensino não superior	62.500	44.000	74.000	11.500	18,40	30.000	68,18
04 Ação Social	10.000	1.000	15.000	5.000	100,00	14.000	100,00
05 Ordenamento do território	62.500	22.000	60.000	-2.500	-4,00	38.000	172,73
06 Saneamento	143.500	119.500	114.500	-29.000	-20,21	-5.000	-4,18
07 Abastecimento de água	342.000	357.000	191.000	-151.000	-44,15	-166.000	-46,50
08 Resíduos sólidos	8.500	5.500	6.500	-2.000	-23,53	1.000	18,18
09 Prot meio ambiente e conservação natureza	19.500	3.500	21.000	1.500	7,69	17.500	500,00
10 Cultura	54.500	73.000	67.500	13.000	23,85	-5.500	-7,53
11 Desporto, recreio e lazer	63.000	212.000	209.000	146.000	231,75	-3.000	-1,42
12 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	282.000	257.500	107.500	-174.500	-61,88	-150.000	-58,25
14 Indústria e energia	67.500	58.500	28.000	-39.500	-58,52	-30.500	-52,14
15 Transportes rodoviários	418.000	323.400	397.500	-20.500	-4,90	74.100	22,91
16 Turismo	130.000	82.000	77.500	-52.500	-40,38	-4.500	-5,49
<b>TOTAIS</b>	<b>2.526.500</b>	<b>2.303.000</b>	<b>2.120.500</b>	<b>-406.000</b>	<b>-16,07</b>	<b>-182.500</b>	<b>-7,92</b>

<sup>(a)</sup> Variação por relação à dotação inicial em 2014

<sup>(b)</sup> Variação por relação à dotação corrigida em 2014 (até 30/09)

*Acord. 57*  
*[Handwritten signatures and notes]*

4.5. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS EM AMR – 2014/2015

DESIGNAÇÃO	2014 (Inicial)	2014 (Corrigido)	2015	Variação <sup>(a)</sup>		Variação <sup>(b)</sup>	
				Valor	%	Valor	%
02 Proteção e luta contra incêndios	30.000	42.000	25.000	-5.000	-16,67	-17.000	-40,48
04 Ação social	7.500	5.500	5.000	-2.500	-33,33	-500	-9,09
11 Cultura	12.500	10.500	10.000	-2.500	-20,00	-500	-4,76
12 Desporto, recreio e lazer	7.500	7.500	5.000	-2.500	100,00	-2.500	100,00
13 Outras actividades cívicas e religiosas	2.500	500	2.500	0	0,00	2.000	400,00
14 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	5.000	5.000	0	0,00	0	0,00
15 Indústria e energia	15.000	7.000	7.500	-7.500	-50,00	500	7,14
18 Transferências entre administrações	50.000	30.000	50.000	0	0,00	20.000	66,67
19 Diversas não especificadas	15.000	2.000	20.000	5.000	33,33	18.000	900,00
<b>TOTAIS</b>	<b>145.000</b>	<b>110.000</b>	<b>130.000</b>	<b>-15.000</b>	<b>-10,34</b>	<b>20.000</b>	<b>18,18</b>

<sup>(a)</sup> Variação por relação à dotação inicial em 2014

<sup>(b)</sup> Variação por relação à dotação corrigida em 2014 (até 30/09)

5. VERIFICAÇÃO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Conforme refere o artigo 40º do RFALEI, os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir as despesas. No entanto, o nº 2 do mesmo artigo acrescenta que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, condição esta que deve ser verificada aquando da elaboração do orçamento.

Após realizado o cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo de acordo com as indicações legais, verifica-se que estas ascendem aos 353.655,23 €, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Banco	Designação	Ano	Prazo de contrato	Anos decorridos (a)	Anos remanescentes (a)	Montante contratado	Montante utilizado (a)	Montante em dívida (a)	Média amortização
CGD	0345/000453/391	2000	15	13	2	159.615,33	159.615,33	25.732,12	12.866,06
CGD	0345/000457/691	2001	15	12	3	89.783,62	89.783,62	18.036,17	6.012,06
CGD	9015/002355/291	2001	15	12	3	570.126,00	570.126,00	40.741,48	13.580,49
CGD	9015/003730/891	2003	15	10	5	378.100,00	378.100,00	163.970,25	32.794,05
CGD	9140/013477/791	2004	15	9	6	395.788,00	395.788,00	171.267,75	28.544,63
CGD	9015/003967/991	2004	15	9	6	42.079,00	42.079,00	21.317,78	3.552,96
CGD	9015/004409/691	2005	15	8	7	510.311,00	510.311,00	123.725,91	17.675,13
CGD	9015/004410/991	2005	15	8	7	253.100,00	253.100,00	146.127,68	20.875,38
CGD	9015/004906/391	2006	12	7	5	645.760,00	130.000,00	67.974,76	13.594,95
CGD	9015/006339/291	2009	12	4	8	750.000,00	750.000,00	580.642,97	72.580,37
CGD	9015/006909/991	2011	12	2	10	497.690,00	497.690,00	455.098,92	45.509,89
CCABC	5602905683	2004	15	9	6	68.800,00	68.800,00	17.183,87	2.863,98
BPI	3612758830001	2005	12	8	4	100.099,00	100.099,00	55.054,45	13.763,61
BBVA	148970000043	2007	12	6	6	641.000,00	641.000,00	416.650,00	69.441,67
									353.655,23

(a) Tendo como base de cálculo a data de 31/12/2013

Uni: Euro

Neste sentido, de seguida é apresentado um quadro onde se pode verificar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental aquando da elaboração do orçamento municipal para o ano de 2015, com uma margem positiva de 806.961,77 €:

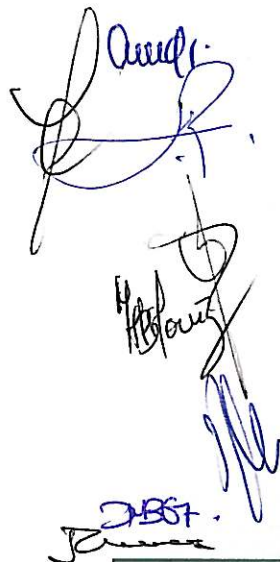
Receita		Despesa	
Receita corrente	7.028.805,00	Despesa corrente	5.868.188,00
		Amortizações médias de empréstimos	353.655,23
	7.028.805,00		6.221.843,23
Margem = + 806.961,77			

Uni: Euro

## 6. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

De acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 46º do RFALEI, o presente Relatório deverá conter a identificação e a descrição das responsabilidades contingentes. Neste sentido, são apresentados de seguida os processos judiciais pendentes e respetivo ponto da situação, considerando a informação prestada em 22/09/2014 pelo advogado do Município, em que se verifica a possibilidade de assumir responsabilidades financeiras por parte do Município de Góis:

TRIBUNAL	PROCESSO	INTERVENIENTES	OBJETO	PONTO DE SITUAÇÃO
Tribunal de Arganil	Processo de Contraordenação: 587/2008	Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.	Ao Município foi aplicada a coima de 19.250€ por contraordenação ambiental muito grave, por ter feito a rejeição de águas degradadas diretamente para o sistema de disposição de águas residuais, para a água ou para o solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurassem, a depuração destas.	Foi impugnada judicialmente a decisão que condenou o Município por infração às normas reguladoras da RAN. O Tribunal de Arganil, absolveu o Município, com o fundamento de que a decisão não obedecia aos requisitos formais exigidos pela Lei. A entidade atuante veio mais tarde a proferir nova decisão, tentando corrigir e sanar irregularidades detetadas na decisão judicial. O Município foi notificado da nova decisão e não concordando com a aplicação de coima, impugnou de novo judicialmente a decisão, apresentando uma fundamentação de facto e de direito, que, tendo a proposta no sentido da absolvição. Está a aguardar o agendamento da audiência de julgamento.
-	Processo de Contraordenação: 83 112.0EACBN ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	A ASAE, na sequência de vistoria ao Parque Infantil do Cerejal instaurou processo de contraordenação contra o Município, imputando-lhe várias infrações previstas no Regulamento aprovado pelo DL nº379/97, de 27 de dezembro com coimas elevadas para cada uma das infrações.	Em nome do Município foi apresentada a adequada defesa, indicando-se a competente prova, aguardando-se a decisão final do processo de contraordenação.
-	Processo de Contraordenação: 284/2014	DICNF-C	Foi instaurado processo de contraordenação por violação da regulamentação de sinalização de zonas de caça.	Já foi apresentada a Defesa e prova testemunhal por parte do Município aguardando-se a decisão.



TRIBUNAL	PROCESSO	INTERVENIENTES	OBJETO	PONTO DE SITUAÇÃO
Tribunal de Arganil	382/11.9TBAGN	Autor: Amândio Neves Martins Réus: Município de Góis e Axa Portugal Companhia de Seguros S.A.	O Autor através da presente ação pretende a condenação do Município e da Companhia de Seguros no pagamento da indemnização global de 137.814,25€ a que se reconhece com direito em virtude da incapacidade parcial permanente de 70%, emergente do acidente de viação que ao serviço do Município o sinistrou em 06/12/2005.	O Município apresentou contestação e reconvenção. Entretanto o Autor foi aposentado com incapacidade total e foi atribuído um subsídio de cuidados a prestar por terceira pessoa. A Caixa Geral de Aposentações, entendendo, tal como o Tribunal de Trabalho, que se tratou de um acidente em serviço, veio reclamar do Município o reembolso da pensão atribuída e do valor do subsídio pago para cuidar do sinistrado incapaz. Averigua-se da possibilidade, tanto no âmbito do processo emergente de acidente de viação, como no âmbito de seguro de acidentes de trabalho em vigor à data do acidente, do Município, transferir essa pesada responsabilidade para a Seguradora (AXA).
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	946/10.8BEAVR	Autor: Luís Filipe Duarte dos Reis Ferreira Réu: Município de Góis Contrainteressados: Cândido António Xavier Martins e outros	O Autor através de ação especial referida pretende ver anulada a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Góis na sua reunião ordinária de 24/03/2010 que deliberou anular o procedimento concursal comum para recrutamento de um Técnico Superior de Design, ao qual aquele fora opositor.	Foi proferida despacho saneador, onde foram apreciadas as questões relativas às exceções de ilegitimidade e caducidade invocadas pelo Município, tendo o Tribunal considerando as partes legítimas para a ação, ao mesmo tempo que considerou que a ação foi interposta dentro do prazo legal. No âmbito do mesmo despacho notificou o mandatário do Réu para juntar vários documentos, considerados necessários para a boa decisão da causa, o que já foi feito. Reunindo o processo todos os elementos indispensáveis à decisão final, foram Autor e o Réu Município notificados para apresentarem as suas Alegações, para o Tribunal proferir a decisão final. O Município já apresentou as suas Alegações. Aguarda-se que seja proferida sentença.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Alcedi', 'JBCF', and others.*

TRIBUNAL	PROCESSO	INTERVENIENTES	OBJETO	PONTO DE SITUAÇÃO
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	763/10/5.BECBR	Autor: José Manuel Paiva Marques Réu: Município de Góis	O Autor intentou ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo contra o Município visando a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo que declarou nula a transição do Autor para a carreira de técnico superior.	Apresentou-se contestação em nome do Município, referindo-se que a questão controvertida suscitada era essencialmente de índole jurídica, já que o quadro factual era aquele que constava do processo administrativo organizado pelo Município. Foram produzidas alegações por cada uma das partes e aguarda-se que seja proferida sentença.


## 7. DOCUMENTOS PREVISIONAIS

### 7.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA 2015

Anexo I

### 7.2. ORÇAMENTO PARA 2015

Anexo II

### 7.3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015

Anexo III

*Legenda:*

Forma de realização: A (Administração Direta); F (Fornecimentos e Outros); E (Empreitadas); T (Transferências); O (Outros)

Forma de financiamento: AC (Administração Central); AA (Administração Autárquica); FC (Fundos Comunitários)

Responsável: 01 (Administração Municipal)

Fases de execução: 0 (Não iniciada); 1 (Com projeto técnico); 2 (Adjudicada); 3 (Execução física até 50%); 4 (Execução física superior a 50%)

### 7.4. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Anexo IV

### 7.5. ORÇAMENTOS DE OUTRAS ENTIDADES

Anexo V

### 7.6. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Anexo VI

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura principal  
Assinatura secundária  
DBSA  
Assinatura final